

Política de avaliação externa e Método de Melhoria de Resultados (MMR) na educação paulista: controle, responsabilização e padronização do trabalho do professor

Sabrina Bucci Rosa – Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Maria Simone Ferraz Pereira – Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Resumo:

O presente estudo, recorte de uma pesquisa de mestrado defendida em julho de 2021 que investigou o Programa Gestão em Foco implementado na rede pública de ensino do estado de São Paulo, a partir de 2016, e que introduziu o Método de Melhoria de Resultados (MMR), objetiva analisar de que forma os resultados de avaliações externas são utilizados no MMR e suas repercussões para a organização do trabalho do professor, a partir das orientações dos documentos de implementação do método na rede. Por meio de abordagem qualitativa foi realizada pesquisa bibliográfica e documental e para análise e interpretação dos dados utilizou-se a análise de conteúdo. Conclui-se que o MMR representa consequências e limitações para a organização do trabalho escolar, sobretudo para o trabalho do professor, pois, pressupõe uma aprendizagem reducionista, restringindo todas as ações a serem realizadas na escola ao alcance de metas, intensifica um aprofundamento da desvalorização das disciplinas não avaliadas pelas avaliações externas, contribui para o engessamento do currículo, o treinamento dos alunos nas avaliações, para a perda da autonomia do professor, além de reforçar mecanismos de controle, responsabilização e padronização.

Palavras-chave: Política de Avaliação Externa, Método de Melhoria de Resultados, Trabalho do Professor

Introdução

A partir da década de 1990, com o avanço das políticas neoliberais no Brasil, em outros países da América Latina e a partir do que prescrevem os diferentes organismos multilaterais, como o Banco Mundial (BM), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização das Nações Unidas para a Educação (ONU), a avaliação externa passou a ocupar centralidade no âmbito das políticas públicas educacionais.

Um dos reflexos mais visíveis dos efeitos e da legitimidade que a avaliação tem alcançado como instrumento de regulação de políticas educacionais articulado à qualidade da educação é a criação por vários estados e municípios de seus próprios sistemas de avaliação (Sousa & Lopes, 2010), como o estado de São Paulo, que criou em 1996, o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo, o Saresp.

Desde a sua criação, o Saresp consolidou-se como o principal indutor de políticas educacionais na rede e várias são as repercussões na organização do trabalho do professor, pois, o que se percebe é o treinamento dos alunos pelos professores, foco em apenas alguns componentes curriculares em detrimento de outros, centralização do currículo, maior direcionamento e controle do trabalho docente e limitação da autonomia do professor (Santos & Sabiá, 2015). Além disso, é possível inferir que o Saresp induz e naturaliza uma qualidade educacional articulada aos princípios de mercado, a partir de uma lógica empresarial, tais como: competir, classificar e premiar/punir indivíduos e escolas para responsabilizá-las sob o discurso da prestação de contas à sociedade (Filipe, 2016).

Uma das políticas implementadas a partir dos resultados do Saresp é o Programa Gestão em Foco, instituído na rede a partir de 2016 com a finalidade de promover a melhoria contínua da qualidade da aprendizagem dos alunos da educação básica, por meio da implementação do Método de Melhoria de Resultados, o MMR (São Paulo, 2020).

O MMR é um método de gestão que propõe auxiliar as escolas a avançarem seus indicadores do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do Estado de São Paulo, o Idesp, o indicador da qualidade da educação básica do estado de São Paulo, composto por outros dois indicadores, o resultado das avaliações realizadas pelos alunos no Saresp e indicadores de fluxo.

E é nesse cenário que o presente estudo se insere, recorte de uma pesquisa de mestrado concluída em julho de 2021 que investigou a concepção de qualidade defendida pelo Programa Gestão em Foco. Na reflexão em tela, o presente texto objetiva analisar de que

forma os resultados de avaliações externas são utilizados no MMR e suas repercussões na organização no trabalho do professor, a partir das orientações dos documentos de implementação do método na rede pública estadual paulista. Por meio de abordagem qualitativa foi realizada pesquisa bibliográfica e documental e para análise e interpretação dos dados utilizou-se a análise de conteúdo.

O trabalho está dividido em duas etapas, primeiramente apresenta-se uma breve reflexão sobre a centralidade da avaliação externa no âmbito das políticas públicas educacionais no estado de São Paulo, especialmente a forma como os resultados do Saesp têm sido utilizados na rede pública de ensino do estado de São Paulo, desde a sua criação em 1996, e a segunda, apresenta o Programa Gestão em Foco e analisa a forma como os resultados de avaliações são utilizadas no MMR e as repercussões para a organização do trabalho escolar, principalmente para o trabalho do professor.

A centralidade da avaliação externa no estado de São Paulo: o Saesp como indutor de políticas educacionais

A centralidade que a avaliação externa assume como instrumento de formulação e implementação de políticas públicas educacionais articula-se ao contexto de globalização, avanço e fortalecimento das políticas neoliberais, a partir do final da década de 1980, consoante a um movimento iniciado especialmente nos Estados Unidos da América e em alguns países da Europa, em que se estabelece a necessidade de monitorar o desempenho dos estudantes em testes padronizados (Alavarse, Bravo, & Machado; 2013).

No país, o movimento ganha força com a regularização e aperfeiçoamento do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), no decorrer da década de 1990, e, a partir de então, vários estados e municípios têm criado sistemas próprios de avaliação, como o estado de São Paulo que, em 1996, implementou o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo, com o objetivo de:

- I – desenvolver um sistema de avaliação de desempenho dos alunos do ensino fundamental e médio do Estado de São Paulo, que subsidie a Secretaria da Educação nas tomadas de decisão quanto à Política Educacional do Estado; II – verificar o desempenho dos alunos nas séries do ensino fundamental e médio, bem como nos diferentes componentes curriculares, de modo a fornecer ao sistema de ensino, às equipes técnico-pedagógicas das Delegacias de Ensino e às Unidades Escolares informações que subsidiem: a) a capacitação dos recursos humanos do magistério; b) a reorientação da proposta pedagógica desses níveis de ensino, de modo a aprimorá-la; c) a viabilização da articulação dos resultados da avaliação com o

planejamento escolar, a capacitação e o estabelecimento de metas para o projeto de cada escola, em especial a correção do fluxo escolar. (São Paulo, 1996).

O sistema de avaliação paulista, desde a sua origem, abrange várias instâncias da estrutura da Secretaria Estadual de Educação, desde os gestores de políticas públicas, órgãos centrais e intermediários, a escola, a comunidade e a sociedade em geral, e, conforme Bonamino e Souza (2012), os objetivos explicitados indicam o duplo sentido da avaliação: servir de referência para a elaboração de políticas pela Secretaria de Educação e orientar a construção da proposta pedagógica e o planejamento pelas escolas.

Após quase três décadas desde a sua criação, as propostas da Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo, em sua maioria, desde à elaboração e reformulação do currículo, à formação de professores, o ingresso de professores e diretores, na orientação do trabalho de diferentes profissionais da Secretaria em diferentes instâncias, nas políticas de premiação de alunos e professores, na bonificação por resultados, nas plataformas digitais e tantos outros, permanecem articuladas ao Saresp. _Dessa forma, o Saresp, segundo Arcas (2010, p. 487), “é o mais potente indutor e implementador de políticas educacionais no Estado de São Paulo”.

Uma das políticas implementadas pela Secretaria Estadual de Educação a partir dos resultados do Saresp é o Programa de Qualidade da Escola (PQE), instituído em 2008, visa garantir o direito de todos os alunos das escolas estaduais paulista a aprenderem com qualidade, justifica-se pela “necessidade de disponibilizar à unidade escolar diferentes indicadores de natureza quantitativa e qualitativa que forneçam diagnósticos acerca da qualidade das escolas estaduais paulistas” (São Paulo, 2008).

O PQE integra o conjunto de mobilizações propostas pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), do Governo Federal, e o movimento da sociedade civil “Compromisso Todos pela Educação”, na medida em que estabelece metas a curto, médio e longo prazos para as escolas alcançarem, até 2030. O PQE propõe avaliar a qualidade das escolas por meio do Índice de Desenvolvimento do Estado de São Paulo, o Idesp. Para avaliar a qualidade das escolas, o Idesp considera dois critérios complementares: o desempenho dos alunos nas provas do SARESP e o fluxo escolar, pois, segundo o programa, uma “boa escola é aquela em que a maior parte dos alunos apreende as competências e habilidades requeridas para a sua série/ano, num período de tempo ideal – o ano letivo” (São Paulo, 2014, p. 1).

Assim, a partir dos resultados do Saresp e dos dados de reprovação do Censo Escolar, anualmente, a Secretaria da Educação divulga o Idesp e a meta a ser alcançada por cada

escola estadual paulista dos anos/séries avaliados pelos Saesp e pretende-se que todas as escolas da rede alcancem a meta 7,0 na 4ª série do ensino fundamental (atual 5º ano do ensino fundamental), a meta 6,0 nas 8ª séries do ensino fundamental (atual 9º ano) e a meta 5,0 nas 3ª séries do ensino médio até 2030.

O Idesp caracteriza-se como um indicador de qualidade que utiliza uma metodologia que permite às escolas o acompanhamento de sua evolução anualmente, pois divulga metas específicas a serem alcançadas por cada escola. As metas são utilizadas como referência pelas escolas e seus profissionais e subsidiam as tomadas de decisões por todos os profissionais do sistema educacional paulista (São Paulo, 2008).

Embora o Idesp tenha sido utilizado como o principal indicador de qualidade da educação no estado, o conceito de qualidade educacional, nesse indicador, segundo Castro (2013), fica restrito apenas aos resultados mensuráveis e observáveis a partir dos critérios de desempenho no Saesp e indicadores de fluxo e não considera outros elementos imprescindíveis para aferir a qualidade da educação. Dessa forma, segundo Gesqui (2013), o Idesp é limitado, pois não expressa a totalidade acerca da realidade da escola e se constitui como um mecanismo de controle social.

É a partir do PQE e Idesp que, também em 2008, por meio da Lei Complementar nº 1.078, de 17 de dezembro, que se institui a Bonificação por Resultados (BR), uma política adotada pela Secretaria Estadual da Educação de São Paulo desde 2000 e mantida em todos os governos que se sucederam que visa “à melhoria e ao aprimoramento da qualidade do ensino público” (São Paulo, 2008). A bonificação por resultados implantada em 2008 consiste em uma das várias iniciativas do Governo do Estado de São Paulo em implementar um sistema de avaliação que premiasse, por meio de bonificação salarial, os professores e gestores das unidades escolares que apresentassem desempenho favorável na avaliação.

Em sua versão inicial, utilizava como critério para concessão do bônus apenas a assiduidade do docente ao longo do ano, no entanto, a política foi sendo reformulada e foi se incluído o desempenho profissional como critério para a concessão pecuniária. Dentre outras alterações no decorrer dos anos, em 2008, passa a ser utilizado como critério o resultado do Idesp da unidade escolar, o qual calcula-se por meio de uma fórmula matemática a evolução da escola em relação a meta estipulada do Idesp.

Dito de outro modo, a bonificação por resultados prevê o pagamento de “bonificações salariais” para as equipes das escolas de acordo com o resultado do Idesp de sua unidade

escolar, e tal política é bastante controversa entre os profissionais, pois vários professores têm se posicionado contrários a ela, pois, segundo Bergo (2016) criticam a relação da redução do trabalho docente em relação ao alcance das metas do Idesp, assim como criticam *rankings* educacionais criados a partir desses índices, gerando “a divisão da categoria e competições desnecessárias e prejudiciais à educação de modo geral” (Bergo, 2016, p. 100).

Como desdobramento dessa política, destaca-se a perda da autonomia do professor, devido à padronização pedagógica, em que só se valoriza o que é cobrado pelo Saresp e um engessamento do currículo educacional nas escolas, uma vez que são obrigadas a seguir a proposta curricular implementada (Bergo, 2016; Filipe, 2016; Rocha Júnior, 2012).

Como consequência, para alcançar um resultado favorável do Saresp e o alcance da meta do Idesp para o recebimento do bônus, o que acontece na escola é o incentivo ao treinamento dos alunos na realização da prova nos moldes do Saresp, levando ao “empobrecimento e fragmentação curricular” e à focalização nos conteúdos de português e matemática, em detrimento de outros conteúdos clássicos socialmente valorizados” (Bergo, 2016, p. 101).

Dessa forma, o Saresp ganha destaque com a introdução do Idesp e este último, utilizado para a política de bonificação por resultados, enseja por “induzir a qualidade educacional a uma concepção reducionista, em que o índice acaba por induzir a qualidade educacional ou não” (Filipe, 2016, p. 189).

Filipe (2016) defende que da forma como vem sendo utilizado os resultados do Saresp, tem sido potencializada a tríade “responsabilização, meritocracia e privatização” defendida por Freitas (2011), uma vez que o governo do estado de São Paulo, a partir dos resultados do Idesp, classifica as escolas e, conforme o “mérito”, premia as “melhores” e responsabiliza (pune) aquelas que não conseguiram alcançar a meta estabelecida. Além disso, “o índice, da forma como está sendo utilizado, não induz a melhoria da qualidade educacional, mas possui a função de responsabilizar as escolas, que por determinantes que fogem ao controle dos profissionais, não conseguem alcançar as metas” (Freitas, 2011, p. 193).

O Programa Gestão em Foco e MMR: a ênfase nos resultados e as repercussões para o trabalho do professor

Consoante à essa lógica de avaliação incorporada nos indicadores do Idesp, a Secretaria Estadual de Educação de São Paulo implantou, em 2016, o Programa Gestão em

Foco, instituído inicialmente em algumas escolas, e, estendido, posteriormente, para todas as escolas da rede, o programa objetiva promover a melhoria contínua da qualidade da aprendizagem dos alunos do Estado de São Paulo, que cursam Ensino Fundamental e Médio, por meio da implementação do Método de Melhoria de Resultados (MMR) (Falconi & São Paulo, 2017).

Em 2016, definido ainda como uma “experiência-piloto”, o MMR foi implementado em 77 escolas da Diretoria Leste 4 de São Paulo e, mediante os resultados, segundo a política educacional, favoráveis das escolas dessa diretoria, o método foi implementado por meio de fases processuais, ou seja, por meio de “ondas de expansão”. No ano de 2017, o modelo de gestão, em sua “primeira onda de expansão”, foi introduzido em 1.081 escolas de 13 diretorias de ensino da capital paulista. Em 2018, a “segunda onda” de expansão abrangeu 2.299 escolas da Grande São Paulo e por fim, em 2019, avançou para as últimas 39 Diretorias de Ensino e 1715 escolas do interior e do litoral paulista e passou a ser utilizado no dia a dia das quase cinco mil escolas da rede (São Paulo, 2020).

O MMR é um método de gestão de resultados criado pela Falconi Educação, uma empresa de consultoria em gestão do país, que atua em diferentes áreas, inclusive na educação, difundindo modelos gerenciais com foco em resultados fundamentados na gestão da Qualidade Total, utilizada pelas empresas privadas. Dessa forma, transpõe métodos de produção da empresa privada para o interior das escolas e insere técnicas, valores e crenças do mundo empresarial articulado ao princípio da melhoria da qualidade.

Composto por oito passos: 1. Conhecendo o problema; 2. Quebrando o problema; 3. Identificando as causas do problema; 4. Elaborando planos de melhoria; 5. Implementando os planos de melhoria; 6. Acompanhando os planos e resultados; 7. Corrigindo os rumos e; 8. Registrando e disseminando boas práticas (São Paulo, 2019, p. 10), inspirados no ciclo PDCA, método bastante utilizado no processo de gerenciamento da qualidade nas empresas, o qual propõe quatro fases: *PLAN* (planejar); *DO* (Fazer); *CHECK* (Controlar) e *ACT* (Agir), o MMR propõe resolver um problema definido como “a diferença entre o resultado atual e desejado (meta)” da escola (São Paulo, 2020, p. 22).

O problema no MMR está relacionado ao alcance da meta do Idesp da unidade escolar, indicador que é o ponto de partida e o ponto de chegada do método e subsidia todos os passos e atividades a serem realizados durante a sua implementação, isto é, reduz toda a ação a ser realizada na escola ao alcance da meta do Idesp e desconsidera fatores externos e os diferentes

contextos em que as escolas estão inseridas. Ao fundamentar as ações a serem realizadas na escola nos resultados do Idesp (desempenho Saresp e fluxo), prioriza resultados quantitativos e mensuráveis e evidencia uma visão reducionista de qualidade do mundo dos negócios (Parro, 2016).

Dessa forma, a fim de conduzir as escolas a “resolverem o seu problema”, isto é, avançarem os indicadores e alcançarem a meta do Idesp, o MMR propõe aos profissionais das escolas e Diretorias uma série de atividades, técnicas e ferramentas que se fundamentam nos indicadores do Idesp. Os quatro primeiros passos do MMR, por exemplo, propõem que a comunidade escolar, conheça os seus resultados, analise seus indicadores e defina um problema a ser superado na escola, por meio da elaboração, implementação e acompanhamento de planos de melhoria, próximos passos do método, isto é, propõem que a equipe escolar planeje ações que possibilitem a escola avançar seus indicadores: rendimento dos alunos nos testes do Saresp ou fluxo, diminuindo indicadores de evasão, abandono ou retenção.

A fim de identificar o “problema” da escola, uma das primeiras atividades propostas durante o desenvolvimento do MMR é a análise dos indicadores da unidade escolar ou Diretoria de Ensino. Para este intuito, o resultado do Idesp é desdobrado em indicadores de desempenho ou indicadores de fluxo.

Os indicadores de desempenho podem ser desmembrados em Problema de Desempenho em Matemática ou Problemas de Desempenho em Língua Portuguesa. Desta maneira, ao considerar apenas as disciplinas avaliadas no Saresp, o MMR reforça que no interior das escolas priorizem-se disciplinas em detrimento de outras, e contribui para o “afunilamento do currículo” ” (Bauer, Alavarse, & Oliveira, 2013), para a pressão por melhores resultados aos professores das disciplinas avaliadas nas avaliações externas e que ministram aulas nos anos/séries avaliados no Saresp, além de estimular o treinamento dos alunos em testes. Já os Problemas de Fluxo podem ser separados em Reprovação por Falta, Reprovação por Nota e Abandono.

Analisados os indicadores, os documentos orientam que a equipe gestora, selecione dois ou três problemas (Desempenho em Língua Portuguesa, Desempenho em Matemática, Reprovação por Falta, Reprovação por Nota ou Evasão), a depender da quantidade de segmentos da escola para a elaboração de planos de melhoria, isto é, restringe as possibilidades de ações a serem elencadas e implementadas na escola, que por si só já são

restritas, uma vez que resumem todos os possíveis problemas da escola aos indicadores do Idesp.

Além dos indicadores do Idesp, o MMR utiliza os indicadores da Avaliação de Aprendizagem em Processo, a AAP, uma avaliação aplicada em alguns momentos do ano que avalia as habilidades do currículo de Língua Portuguesa e Matemática. Por meio da AAP, a Secretaria da Educação fiscaliza a implementação do currículo e o controle do que é realizado nas escolas, o que é reforçado pelo MMR pela ênfase atribuída aos resultados dos alunos.

Os indicadores do Saresp e AAP são utilizados no Programa Gestão em Foco com o objetivo de:

[...] potencializar o aprendizado de alunos do Ensino Fundamental e Médio, a partir do Método de Melhoria de Resultados (MMR), que prevê a elaboração e monitoramento de plano de melhoria com base em um diagnóstico, que se estrutura a partir de indicadores de resultado do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp) e nos Sinalizadores de Processo das Avaliações de Aprendizagem em Processo (AAP). (Falconi & São Paulo, 2017, p. 5).

Além das avaliações do Saresp e AAP, a plataforma Foco Aprendizagem tem papel fundamental na implementação do Método, pois apresenta várias informações, ferramentas e estratégias para divulgação e análise dos resultados das avaliações dos alunos para diferentes públicos:

No intuito de estimular e apoiar as Diretorias de Ensino e as equipes escolares no uso efetivo dos resultados do SARESP e das AAPs no (re)direcionamento das práticas de gestão escolar e pedagógica, a SEE iniciou em 2015 o desenvolvimento da Plataforma Foco Aprendizagem. Essa tecnologia permite consultar os respectivos resultados nos componentes curriculares, em cada ano/série, avaliados em termos das competências e habilidades consolidadas (ou não) pelos alunos. (São Paulo, 2017, p. 54).

A plataforma Foco Aprendizagem é uma plataforma digital cuja finalidade é disponibilizar dados e indicadores para a gestão pedagógica para os diferentes órgãos da Secretaria, como resultados do Saresp, Idesp e AAP. A este respeito, Adrião (2018) explica que tais plataformas digitais que possibilitam a coleta e gerenciamento de informações referentes ao desempenho dos alunos em avaliações externas, possibilitam o monitoramento e controle do trabalho e das atividades escolares, levando a uma privatização da gestão escolar.

Em relação à plataforma Foco Aprendizagem e sua articulação com MMR, merece destaque, o Sinalizador de Processo, uma ferramenta estratégica que propõe apoiar as escolas e Diretorias no “monitoramento do desempenho ao longo do ano letivo e do potencial de evasão escolar/reprovação por falta” (São Paulo, 2019, p. 6) e que objetiva “apoiar as

unidades escolares na consecução das suas metas anuais de desempenho e fluxo, fornecendo indicadores periódicos, de modo a possibilitar o acompanhamento pela equipe de gestão escolar e os ajustes no plano de melhoria com a propositura de ações corretivas” (São Paulo, 2019, p. 6).

Duas categorias compõem o Sinalizador de Processo, o Sinalizador de Desempenho e o Sinalizador de Fluxo. O Sinalizador de Desempenho é calculado por ano/série, a partir do desempenho dos alunos nas AAP de Língua Portuguesa e Matemática. Já o Sinalizador de Fluxo fundamenta-se no Índice de Fluxo, um indicador que, bimestralmente, calcula o potencial de alunos com risco de serem reprovados por frequência ou de evadirem por apresentarem mais de 20% de faltas no bimestre, descontadas as ausências compensadas.

Tais ferramentas propõem auxiliar as escolas no acompanhamento do desempenho dos alunos no decorrer do ano e na consecução de suas metas, com ênfase no maior controle e fiscalização do trabalho do professor, uma vez que avalia bimestralmente, por meio das AAP, as habilidades e atividades do currículo, centrando-se nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática precipuamente, o que contribui para responsabilizar apenas as escolas e seus profissionais, por um problema tão complexo quanto a evasão e abandono.

Além dos Sinalizadores de Desempenho, outro indicador apresentado na plataforma e utilizado no MMR, se refere ao Sinalizador de Referência, técnica em que as escolas de cada Diretoria são agrupadas de acordo com características como a quantidade de alunos matriculados e quantidade de segmentos da escola, e para cada grupo denominado *cluster*, são considerados os desempenhos nas AAP dos dois últimos anos, o qual é selecionado o melhor indicador dentro do agrupamento e estipulada uma evolução para cada escola em relação ao seu desempenho e o resultado da escola de referência (São Paulo, 2019, p. 14).

Ao comparar os resultados das escolas, selecionar o maior resultado do grupo e estabelecerem-no como meta, dessa vez bimestral, a ser alcançada pelas outras escolas, esse indicador tem o potencial de contribuir para um ranqueamento, o controle e a valorização de procedimentos competitivos no interior das escolas (Sousa, 2003).

Dessa forma, ao enfatizar resultados quantificáveis e mensuráveis relacionados ao Saresp, Idesp e AAP, o MMR tem o potencial de intensificar no interior das escolas o afinamento do currículo com a priorização de disciplinas, habilidades e conteúdos avaliados no Saresp e AAP; a priorização da prova escrita com questões objetivas em conformidade com o Saresp em detrimento de outros instrumentos de avaliação; a interferência na

autonomia dos professores e na forma como os conteúdos são ensinados e aumento da pressão por resultados; mecanismos de responsabilização; aumento do controle e monitoramento do que é feito nas escolas; controle do currículo, entre outras consequências que contribuem para desqualificar o trabalho do professor.

Além de interferir na autonomia dos professores e na forma como os conteúdos são ensinados, o MMR reduz o processo de ensino e aprendizagem ao alcance de metas, pois, além da meta do Idesp estipula metas bimestrais a serem alcançadas pelas escolas e turmas por meio da aplicação das AAP e no final do ano com o Saresp e Idesp.

Pela forma como se utiliza e explora os diferentes indicadores do Idesp na plataforma Foco Aprendizagem, o MMR intensifica formas de *accountability*, pois é um método que exige das escolas uma prestação de contas de seus resultados das avaliações, das ações realizadas para avançar os resultados e responsabiliza as escolas pelos seus problemas (quantitativos e mensuráveis) e pelas suas causas.

Ademais, pela forma como o MMR se utiliza dos indicadores, advém de uma concepção de escola, que segundo Freitas (2002), defende que a possibilidade de aumentar a qualidade é por meio do aumento do controle sobre a escola, o qual, no MMR, supervisores de ensino e profissionais que integram os comitês do MMR supervisionam o trabalho dos gestores e professores por meio do controle da realização das ações e etapas do MMR, elaboração e implementação dos planos de melhoria e resultados dos alunos que são inseridos na plataforma Foco Aprendizagem; por meio do controle do currículo, por meio da aplicação e divulgação dos resultados da AAP que avalia os conteúdos e habilidades que integram o currículo oficial da rede; pela forma como se utiliza dos resultados da avaliação externa (Saresp) e interna (AAP) e conseqüentemente; pela utilização da tecnologia no decorrer do método, esta é, segundo o autor “a forma mais “avançada” pela qual o capitalismo consegue imaginar a escola de qualidade, ou seja, a forma como outras instituições, principalmente as empresas, supõem a melhoria da qualidade.

Reforça, ainda, mecanismos de responsabilização, *accountability*, ranqueamento e competitividade, tendências identificadas em outras políticas educacionais implementadas pela Secretaria da Educação do estado de São Paulo.

Considerações finais

O MMR é um método com características da iniciativa privada que integra o Programa Gestão em Foco e que utiliza os resultados do Idesp e subsidiam todas as etapas e passos do MMR nas escolas, desde a identificação do problema à elaboração de planos que possibilitem a escola alcançar a meta estabelecida do Idesp.

Em síntese, a forma como os diferentes indicadores das avaliações são utilizados no MMR representa limitações e consequências que não devem ser desprezadas no âmbito educacional e principalmente no trabalho do professor, pois pressupõe uma aprendizagem reducionista, posto que reduz todas as ações a serem realizadas na escola ao alcance da metas, intensificando um aprofundamento da desvalorização das disciplinas não avaliadas pelas avaliações utilizadas no método, o engessamento do currículo nas escolas, o treinamento dos alunos nas avaliações, a perda da autonomia do professor, a padronização de práticas pedagógicas e de gestão, o aumento do controle do trabalho do professor, sobrecarga do trabalho dos professores das disciplinas avaliadas no Saresp e AAP; além da intensificação de mecanismos de responsabilização e competitividade, inserindo a educação às demandas do mercado.

Além disso, na forma como são utilizados os resultados do Idesp no MMR identificamos que o foco está nos resultados mensuráveis e observáveis das provas realizadas pelos alunos (Castro, 2013) o que acarreta o aprofundamento na redução do trabalho pedagógico, a falta de sentido na realização de seu trabalho e a busca das metas do Idesp, evidenciada no contexto da política de bonificação por resultados (Santos, 2012), dessa forma a ênfase do processo educativo está no produto e não no processo, no controle, responsabilização e padronização contribuindo assim, com a despedagogização do trabalho do professor.

Referências

Adrião, T. (2017). A privatização da educação básica no Brasil: considerações sobre a incidência de corporações na gestão da educação pública. *Público X privado em tempos e crise*, 16-37.

Alavarse, O. M., Bravo, M. H., & Machado, C. (2013). Avaliações externas e qualidade na educação básica: articulações e tendências. *Estudos Em Avaliação Educacional*, 24(54), 12–31. <https://doi.org/10.18222/eaec245420131900>

Arcas, P. H. (2009). *Implicações da progressão continuada e do SARESP na avaliação escolar: tensões, dilemas e tendências*. (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

Bauer, A., Alavarse, O. M., & Oliveira, R. P. de .. (2015). Avaliações em larga escala: uma sistematização do debate. *Educação e Pesquisa*, 41(spe), 1367–1384. <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201508144607>

Bergo, L. F. (2017). *Política de bonificação salarial no estado de São Paulo: Desdobramentos para o desenvolvimento profissional e o trabalho docente* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP.

Bonamino, A., & Sousa, S. Z.. (2012). Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. *Educação E Pesquisa*, 38(2), 373–388. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022012005000006>

Castro, A. (2013). *O Programa de Qualidade da Escola da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo: o texto e o contexto em três escolas da Diretoria de Ensino - Região de Pirassununga*. (Tese de doutorado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP.

Falconi Educação, & São Paulo. (2017, março). *Guia para implementação do Método de Melhoria de Resultados (MMR)*. Disponível em <https://midiasstoragesec.blob.core.windows.net/001/2019/11/guia-inicial-unificado.pdf>

Falconi Educação, & São Paulo. (2018, fevereiro). *Guia para implementação do Método de Melhoria de Resultados (MMR)*. Disponível em https://midiasstoragesec.blob.core.windows.net/001/2018/05/mmr_guia.pdf

Filipe, F. A. (2014). *A concepção de qualidade educacional induzida pelas avaliações em larga escala: análise de documentos oficiais do Estado de São Paulo (2008 - 2014)* (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, Rio Claro, SP.

Freitas, L. C. (2011). *Responsabilização, meritocracia e privatização: conseguiremos escapar ao neotecnicismo?* In *Seminário de Educação Brasileira*. (pp.35). Campinas, SP.

Freitas, L. C. de .. (2002). A internalização da exclusão. *Educação & Sociedade*, 23(80), 299–325. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002008000015>

Gesqui, L. C. (2015). O Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (IDESP): Práticas Escolares Resultantes. *Educação*, 40(2), 465–475. <https://doi.org/10.5902/198464449121>

Parro, A. L. G. (2016). *Avaliação externa, gestão e qualidade da educação escolar: concepções veiculadas e concepções vivenciadas no cotidiano escolar*. (Tese de Doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

Rocha Junior, O. C. (2012). *Avaliação docente no ensino público estadual de São Paulo: a bonificação por resultado na opinião do professor*. (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Santos, M. L. F. (2012). *IDESP – Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo e a gestão escolar: um estudo de caso exploratório* (Dissertação de mestrado). Universidade Católica de Santos, Santos.

Santos, U. E. dos, & Sabia, C. P. de P. (2015). Percurso histórico do Saresp e as implicações para o trabalho pedagógico em sala de aula. *Estudos Em Avaliação Educacional*, 26(62), 354–385. <https://doi.org/10.18222/ea266203006>

São Paulo. (2020). *Método de Melhoria de Resultados – MMR: formação nas diretorias de ensino*. São Paulo. Disponível em: <https://midiasstoragesec.blob.core.windows.net/001/2019/11/2-formao-inicial-com-diretores.pdf>.

São Paulo. (2019, fevereiro). *Método de Melhoria de Resultados – Sinalizadores de Processos: Nota técnica*. São Paulo. Disponível em: <https://midiasstoragesec.blob.core.windows.net/001/2020/01/mmr-sinlizadores-de-processo-nota-tenica.pdf>.

São Paulo. (2014, março). *Programa de Qualidade da Escola: Nota técnica*. São Paulo, março, 2014. Disponível em: <http://idesp.edunet.sp.gov.br/Arquivos/NotaTecnica2013.pdf>.

São Paulo. (2017, 21 de fevereiro). *Relatório das atividades da Administração Estadual em 2016*. São Paulo, Diário Oficial – Poder Legislativo – Suplemento. Disponível em https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f2017%2fsuplemento%2flegislativo%2ffevereiro%2f21%2fpag_0032_57BCOD7HMIDD5e79BNL1MEU9KT5.pdf&pagina=32&data=21/02/2017&caderno=Suplemento%20-%20Legislativo&paginaordenacao=100032

Resolução SE 27, de 29 de março de 1996. (1996, 29 de março). Dispõe sobre o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo. Disponível em: http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/27_1996.htm

Resolução SE – 74, de 6 de novembro de 2008. (2008, 6 de novembro). Institui o Programa de Qualidade da Escola – PQE. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br/lise/sislegis/detresol.asp?strAto=200811060074>

Sousa, S. M. Z. L.. (2003). Possíveis impactos das políticas de avaliação no currículo escolar. Cadernos De Pesquisa, (119), 175–190. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742003000200009>

Sousa, S. M. Z. L., & Lopes, V. V. (2010). Avaliação nas políticas educacionais atuais reitera desigualdades. Revista ADUSP., (ja 2010).